

Um dos objetivos: acabar com o mal-estar das reuniões anteriores.

A exemplo do que ocorreu durante a visita do presidente George Bush a Brasília, em dezembro passado, o governo americano não quer que a questão da dívida externa se transforme em tema dominante das conversas que o presidente Fernando Collor terá na Casa Branca, na próxima terça-feira. Mas o presidente da República não deixará Washington sem tratar do problema. Antes de partir para Nova York, na manhã da quarta-feira, Collor, acompanhado pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, terá um encontro com o secretário do Tesouro americano, Nicholas Brady, e seu principal assessor para a questão da dívida externa, o subsecretário David Mulford. O encontro será na Blair House, a residência onde o governo americano hospeda os dignatários estrangeiros que visitam os EUA.

O objetivo da reunião, solicitada pelo governo brasileiro, é superar o mal-estar deixado no diálogo entre os dois governos pelas arrastadas e conflituosas negociações dos juros atrasados

e, nas palavras de um importante assessor de Marcílio, "discutir as bases em que se poderia caminhar para o início de um entendimento" com os credores externos.

Washington acredita que as complicações internas e externas que o País enfrenta hoje na área da dívida externa derivam de uma estratégia equivocada, de procrastinação e confrontação, que Collor adotou inicialmente, ignorando repetidos apelos em contrário do Tesouro. Funcionários americanos disseram que Brady e Mulford vêem a oportunidade do encontro com Collor "com boa vontade", mas deixarão bem clara a posição americana.

Eles aplaudirão a estratégia mais conciliatória que o Brasil pretende seguir agora com seus credores, mas lembrarão que o sucesso na negociação de um acordo de redução da dívida com os bancos, no quadro do chamado Plano Brady, continuará a depender menos do apoio político americano do que da determinação com que o governo articulará e executará seu

programa interno de reformas e estabilização econômica. A elegibilidade para o Plano Brady passa por um acordo de estabilização com o Fundo Monetário Internacional. E há forte ceticismo em Washington sobre as chances de o Brasil e o FMI caminharem rapidamente para um acordo, por causa dos obstáculos que o governo enfrentará nos próximos meses para administrar o efeito inflacionário da liberação de cruzados congelados a partir de setembro e aprofundar um programa de ajustamento fiscal em meio a uma recessão, sem base política de apoio no Congresso ou suporte popular. Um alto funcionário da administração previu, na Casa Branca, que as negociações entre o Brasil e o Fundo "serão extensas".

O tom e o resultado do encontro deve depender em larga medida da decisão que o Senado tomará sobre acerto dos juros atrasados com os bancos, na terça-feira.

**Paulo Sotero,
de Washington**